

**SOBRE OS MECANISMOS DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO
BRASIL NO SÉCULO XXI (2003-2019)**

**SOBRE LOS MECANISMOS DE SUPEREXPLORACIÓN DE LA FUERZA DE TRABAJO
EN BRASIL EN EL SIGLO XXI (2003-2019)**

**ON THE MECHANISMS OF SUPER EXPLOITATION OF THE LABOUR POWER IN
BRAZIL IN THE 21ST CENTURY (2003-2019)**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.53161>

Pietro Caldeirini Aruto¹

Resumo: A superexploração da força de trabalho constitui uma das categorias centrais da teoria marxista da dependência. O objetivo desse artigo é entender o sentido e os mecanismos da superexploração no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI. Os resultados apontam que na primeira década, durante o auge econômico cíclico, foi possível uma contenção relativa da superexploração, sobretudo no salário direto. Com a reversão do cenário externo e queda da taxa de lucro no início da segunda década a maior exploração do trabalhador, por meio de um maior desgaste físico e psíquico, parece recobrar sua centralidade na economia dependente.

Palavras-chave: Teoria da Dependência. Mercado de Trabalho. Superexploração. Economia brasileira. Neoliberalismo.

Resumen: La superexplotación de la fuerza de trabajo es una de las categorías centrales de la teoría marxista de la dependencia. El objetivo de este trabajo es comprender el significado y los mecanismos de la superexplotación en Brasil en las dos primeras décadas del siglo XXI. Los resultados indican que en la primera década de auge económico fue posible relativamente contener la superexplotación, sobretudo en los salarios directos. Con el cambio del escenario externo y la caída de la tasa de ganancia en la segunda década, la mayor explotación del trabajador, por medio de un mayor desgaste físico y psíquico, parece recuperar su centralidad.

Palabras clave: Teoría de la dependencia. Mercado de trabajo. superexplotación. Economía brasileña. Neoliberalismo.

Abstract: The superexploitation of the labour power is one of the central categories in Marxist theory of dependency. The purpose of this paper is to comprehend the tendency and mechanisms of the superexploitation in Brazil during the first two decades of the 21st century. The results indicate that in the first decade of the 2000s it was possible to relatively constrain superexploitation by a rise in direct wages. Latter, the reversion of the cyclical boom in 2008 and the 2015-2006 recession triggered the bourgeoisie to increase the exploitation level, through greater physical and mental strain, in a more typical and historical sense.

Key-words: Marxist Dependency Theory; labor market; superexploitation of the labour power. Brazilian economy. Neoliberalism.

Introdução

Totalmente distinto é o que ocorre com o capital variável. Nesse caso, o que importa não é o valor que ele possui, o trabalho que nele está objetivado, mas sim esse valor como mero índice do trabalho total que ele põe em movimento e que não está expresso nele; o trabalho total, cuja diferença em relação ao trabalho nele mesmo expresso e, por conseguinte, pago, cuja parte criadora de mais-valor é tanto maior quanto menor é o trabalho nele mesmo contido (MARX, K. *O capital*, tomo III, capítulo 3, s.p.)

A deterioração dramática das condições de vida dos trabalhadores brasileiros na última década é explícita. O aumento do desemprego, da desigualdade social-regional, a recessão econômica seguida pela estagnação, a inflação, a pandemia, a redução dos gastos e investimentos públicos, a polarização política e as reformas de cunho neoliberais evidenciam a grave e complexa conjuntura política e econômica no Brasil. Inegável dizer que essa deterioração se acelera com o golpe de 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual encerra o primeiro ciclo de governos federais do PT (2003-2016).

Se há algum caráter benigno nessa longa, complexa e profunda crise pela qual o povo brasileiro passa é ela manifestar cotidianamente e explicitamente as estruturas básicas do subdesenvolvimento brasileiro e da dependência econômica no sistema internacional capitalista. Nesse sentido, o presente artigo se vincula aos esforços de outros pesquisadores e militantes em entender a especificidade do capitalismo brasileiro, e latino americano de modo geral, a partir da teoria marxista da dependência (TMD). A TMD constitui uma abordagem crítica ao desenvolvimento capitalista global, ao procurar explicar como a dependência econômica e política das nações periféricas, em relação aos países centrais, perpetua a desigualdade estrutural e o subdesenvolvimento. Surgida em meados dos anos de 1960, tendo como principais nomes Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, a TMD analisa criticamente o desenvolvimento capitalista no continente, inclusive nos seus governos progressistas ou defensores de um projeto econômico (novo)desenvolvimentista, quando, sob a justificativa de combater a pobreza e promover a industrialização, tendem a aprofundar ainda mais a dependência, a desigualdade e a superexploração².

Em termos gerais, a dependência conforma a própria estrutura do sistema capitalista global, no qual os países centrais dominam os fluxos financeiros e tecnológicos em direção aos países periféricos (DOS SANTOS, 2000). Essa dominação, contudo, deve ser vista em termos dinâmicos, conforme os períodos históricos. Mas, comum a todos esses períodos está o fato de que a expansão do capitalismo tem como condição intrínseca a extração de recursos e lucros das nações periféricas (dependentes), para manter o padrão de vida e o nível de desenvolvimento da economia dos países imperialistas (BAMBIRRA, 1999). Em um maior nível de abstração, Marini (2005a) demonstrou que a extração de recursos e lucro da periferia configurava-se, de fato, em uma transferência de valor. Na prática, existem

diversos mecanismos econômicos (e extra-econômicos) que permitem a transferência de valor entre países, os quais variam conforme os padrões históricos de reprodução do capital.

Uma das grandes contribuições críticas da TMD foi revelar que as formas de dependência resultavam em uma transferência sistemática de valor para os países centrais e que esse fato tinha como fundamento uma específica produção social da vida nas formações sociais latino-americanas. Para se contrapor a essa transferência de valor, que reduz sua taxa de lucro, as burguesias latino-americanas, procuram, em um primeiro momento, ampliar o quantum exportado. Além disso, elas procuram recompor sua taxa de lucro superexplorando a força de trabalho nacional, pelo aumento da jornada de trabalho e/ou pelo aumento da intensidade da jornada de trabalho e/ou ao estipular um salário abaixo do valor da força de trabalho, resultando na apropriação pelo capitalista do fundo de consumo do trabalhador³.

Em outras palavras, a tese central da teoria marxista da dependência vincula a superexploração da força de trabalho (SFT) ao comportamento das burguesias no sentido de se contrapor à tendência estrutural de transferência internacional de valor para os países de economia central. Por meio do prolongamento da jornada de trabalho, aumento de intensidade da jornada e/ou níveis salariais baixos, estabelece-se uma diferença entre a remuneração da força de trabalho e o seu valor histórico-normal. A existência dessa lacuna em nada limita a capacidade total de trabalho na economia, pelo contrário, atua como um mecanismo para ampliar ainda mais a parte criadora do mais-valor durante a jornada e assim, tentar ampliar a taxa de lucro.

A SFT se manifesta concretamente em conjunturas histórico e espaciais específicas, em um dado padrão de reprodução do capital⁴ e articuladas com outras dimensões do modo de produção capitalista. Dessa forma, o objetivo desse artigo é entender o sentido e os mecanismos da superexploração da força de trabalho no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI. Essa análise é realizada tendo como base o comportamento cíclico da economia brasileira, bem como, o auge e declínio da estratégia política de conciliação de classes do PT (Partido dos Trabalhadores). A hipótese com a qual se trabalhará é a de que a excepcionalidade da conjuntura internacional do ciclo das *commodities* e do Efeito China na primeira década 2000 do período forneceu a base objetiva para modificação quantitativa e qualitativa na SFT. Com a reversão do cenário externo e queda da taxa de lucro no início da segunda década, a despeito da orientação da política econômica heterodoxa, a maior exploração do trabalhador, por meio de um maior desgaste físico e psíquico, parece recobrar sua centralidade.

Metodologicamente, utilizaram-se dados secundários para captar informações ocupacionais referentes à jornada de trabalho, ao rendimento e ao produto interno bruto, a partir da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), PNADC-Contínua e Contas Nacionais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além do salário mínimo necessário do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). A exposição a ser adotada privilegia o resultado empírico, com o propósito de subsidiar demais investigações na TMD (Teoria Marxista da Dependência) que dialogam com a hipótese adotada. Em outras palavras, várias dimensões de análise no período não

podem ser aqui desenvolvidas, ainda que guardem uma relação direta com o objeto em questão, como a trajetória da economia dependente brasileira diante do sistema econômico imperialista, as características do atual padrão de reprodução, da cisão do mercado interno, das contradições e limites do governo petista e da própria vigência da SFT enquanto categoria estruturante das formações socioespaciais dependentes.

O artigo está dividido em mais quatro partes. A seguir, colocam-se as condicionantes da trajetória da SFT no Brasil no século XXI, ao se discutir o projeto neoliberal e a conjuntura econômica do início do século XXI. Em seguida, o foco está nos mecanismos de SFT ao longo do auge e declínio da experiência petista. A terceira parte discute a hipótese de que o pós-recessão de 2015-2016 tem como eixo central a retomada dos mecanismos típicos de SFT, principalmente diante dos limites postos à acumulação de capital. Por fim, algumas considerações são feitas sobre a SFT no Brasil, suas mudanças na intensidade e na diversidade de mecanismos.

Por último, uma justificativa da periodização adotada. O cerne da análise se centrará no período do governo do PT, 2003-2016. O principal motivo é que é durante esses 13 anos de governos do PT presenciou-se uma série de mudanças no mercado de trabalho brasileiro, o que diretamente está ligado à SFT. Além disso, nesse período é possível utilizar algumas bases de dados de maneira mais homogênea, como a PNAD/IBGE (a qual foi descontinuada em 2015). O período 2016-2019 novamente reúne uma série de dados secundários para debater os mecanismos de SFT, ainda que não sejam os mesmos do período anterior, agora nos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). A análise se encerra em 2019, pois nos anos seguintes a economia e o mercado de trabalho brasileiro sofreram mudanças drásticas com a COVID-19, o que foge da proposta desse artigo.

Condicionantes da SFT no período: neoliberalismo e taxa de mais-valor no Brasil

Ainda que seja a categoria estrutural das economias dependentes, a SFT compreende específicos e diversos mecanismos, os quais podem divergir no tempo e no espaço, ampliando ou diminuindo a diferença entre a remuneração e o valor da força de trabalho⁵. Em outras palavras, a SFT deve ser analisada a partir das determinações da economia dependente nacional em um dado padrão de reprodução do capital e em uma dada conjuntura. Fora dessa concepção, corre-se o risco imobilizar historicamente as categorias, o que leva à deterioração da análise crítica da TMD. Nesta seção, serão os expostos, sinteticamente, os principais determinantes da economia dependente brasileira sob o projeto neoliberal de desenvolvimento e da taxa de mais-valor a ela vinculada, durante a primeira experiência petista no governo federal.

A economia capitalista dependente brasileira inicia o século XXI totalmente vinculada ao padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (PRCEEP). O PRCEEP implica no fim da industrialização (enquanto um projeto nacional de mudança quantitativa e qualitativa da estrutura produtiva, rumo a setores mais tecnologicamente intensivos), e uma maior vinculação da

estrutura produtiva brasileira aos fluxos internacionais do capital, ampliando, potencialmente, a transferência internacional de valor, conforme demonstra Jaime Osorio (2012b). Contudo, essa tendência se vincula a uma dada conjuntura. Na primeira década do século XXI, o aumento excepcional no preço e volume da exportação agropecuário-mineral permitiu uma redução significativa do patamar da transferência, sobretudo pelo menor intercâmbio desigual, já que as transferências vinculadas à propriedade do capital se ampliaram absolutamente no período 2000-2014 (BREDA, 2020). Apenas para ilustrar, segundo a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* ou Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), com base nos preços de 2014-2016, o índice de preço dos alimentos (carne, cereais, óleos e açúcar) era de 50,5 em maio de 2002 e atingiu 130 em julho de 2008⁶. A excepcionalidade do comércio e dos fluxos internacionais constitui o primeiro suposto da presente análise dos mecanismos SFT a partir de 2003.

A trajetória da economia dependente em uma dada conjuntura não responde automaticamente às condições do sistema econômico internacional, ainda que este a condicione. A orientação da política econômica fornece as condições macroeconômicas de valorização do capital internamente e sua extroversão ao exterior. Aqui está o segundo suposto do qual se parte para avaliar os mecanismos de SFT. Apesar das modificações durante os sucessivos governos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) (1995-2002) e do PT (2003-2016), a depender da conjuntura externa/interna, pode-se dizer que os dois governos seguiram a mesma orientação de política econômica, cujo objetivo último era garantir as reformas neoliberais e manter a vinculação subordinada ao sistema econômico mundial.

Associar ao neoliberalismo⁷ um partido com forte e tradicional base popular, além do resultado de suas gestões (2003-2016) no combate às características históricas do subdesenvolvimento, parece ser uma interpretação contraditória, do ponto de vista formal. Esse aparente paradoxo entre um governo compromissado com o “(novo)desenvolvimentismo” e manutenção de uma estratégia neoliberal se desfaz quando se considera que as estratégias de (sub)desenvolvimento neoliberais podem ser compatíveis com políticas econômicas heterodoxas e maior universalização das políticas sociais, desde que asseguradas a estabilização macroeconômica e as reformas liberalizantes. No caso do Brasil, a estabilização foi obtida, ainda que em detrimento do crescimento econômico, pela adoção de uma política econômica definida pelo chamado “tripé macroeconômico”⁸: câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação. Em última instância, essa orientação de política econômica perdura até os dias atuais. As diversas reformas liberalizantes⁹, por sua vez, têm como objetivo último garantir a expansão da esfera mercantil e acesso aos fundos públicos para o capital privado.

O ponto aqui defendido é que a estratégia neoliberal de desenvolvimento nunca foi superada nos governos Lula e Dilma, e mais, eles nunca se propuseram a tanto. A adoção das políticas heterodoxas (em intensidade e escopo) dependia da conjuntura econômica (principalmente diante do ciclo) e da geopolítica internacional, sem tirar o mérito da atenção à política social e creditícia, pró-mercado interno. Como afirma Carcanholo (2015, p. 272-275 e 2017), a estratégia “novodesenvolvimentista” configurou-se numa tentativa de alterar as formas de apropriação do valor produzido nos marcos da dependência,

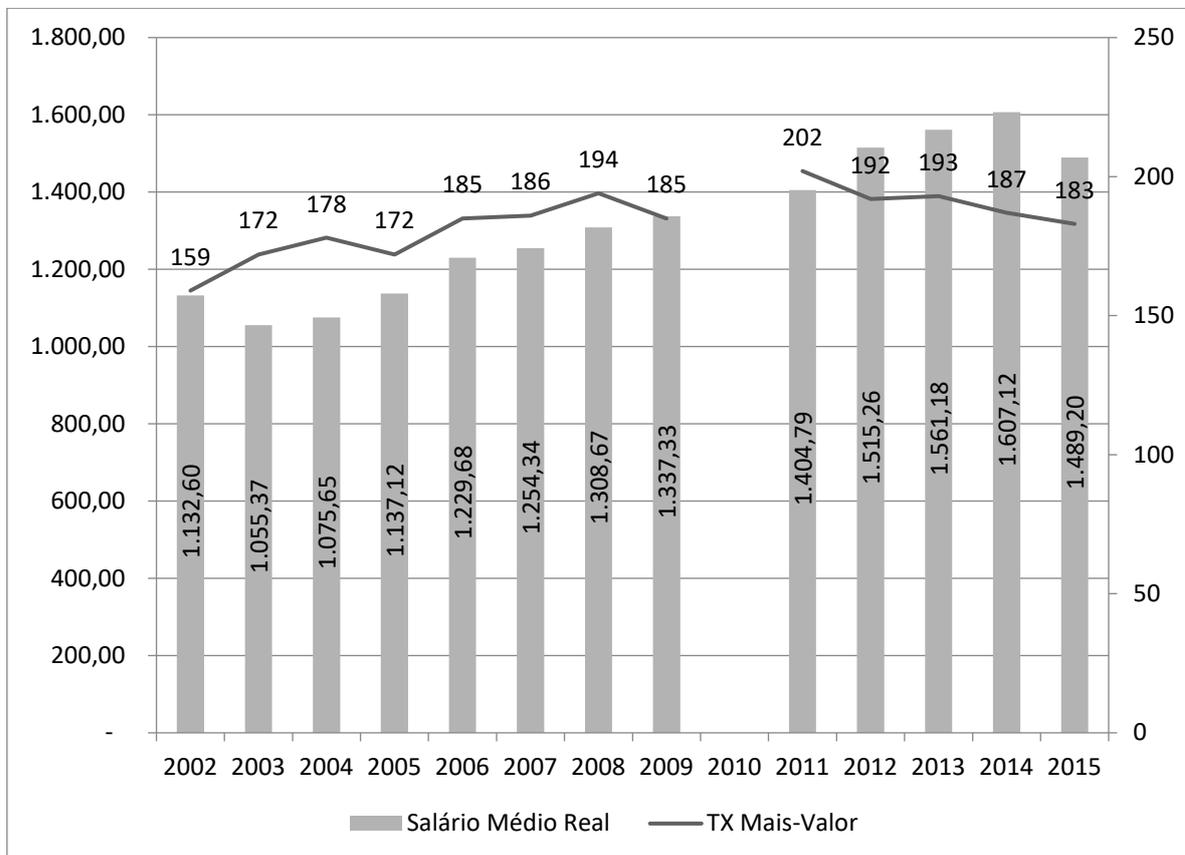
por meio de políticas heterodoxas. Mais especificamente, a intenção novodesenvolvimentista era direcionar o valor produzido para novas inversões produtivas. Ainda segundo Carcanholo, nunca se questionou a própria produção do valor, suas condições em uma economia dependente e a conformação do exército industrial de reserva pela SFT. No máximo, o que vislumbrou ocasionalmente foi algum tensionamento sobre os rumos do subdesenvolvimento brasileiro, a depender da conjuntura nacional e internacional, mas essa tensão era desvinculada de um projeto político de poder, tendo a classe trabalhadora como protagonista. Essa tentativa de compatibilizar neoliberalismo, dependência e melhora das condições de vida dos trabalhadores é explicitada pelo, talvez, maior quadro político do PT, José Dirceu:

“P. E por que as reformas não foram feitas pelo Governo do PT? R. Porque tentamos. Tentamos a reforma tributária, tentamos a reforma política, o Lula tentou, a Dilma também. Não fomos nós que não queríamos. Nós não tínhamos força. E Lula tinha que tomar uma decisão: o que é prioritário? Fazer reforma política, resolver o problema das Forças Armadas, resolver o problema da riqueza e da renda ou atacar a pobreza e a miséria, fazer o Brasil crescer, ocupar um espaço na América Latina, ocupar o espaço que o Brasil tem no mundo? Ele fez a segunda opção. Era justo, era a opção dele. Muitos podiam ter a opinião de que era preciso fazer as reformas mesmo que isso custasse para nós cair do Governo” (DIRCEU, 2018).

Reunindo essas condições e confrontando-as com os resultados da política econômica “novo desenvolvimentista” no auge do petismo, a questão que emerge é seguinte: Como é possível um governo ser acusado de aprofundar a política neoliberal que favorece as burguesias e o capital estrangeiro sendo que esse mesmo governo retirou milhões de pessoas da pobreza e da fome, elevou a posição da economia nacional no *ranking* das economias internacionais, aumentou o PIB real per capita, promoveu uma diminuição da taxa de desemprego, garantiu aumentos reais no salário mínimo, diminuiu a desigualdade de renda do ponto de vista social e regional, entre outras tantas conquistas sociais?

Ainda que a resposta a essa questão seja ampla, ela passa pelo fato de que a conciliação de interesses de classes teve como base material uma específica condição de valorização do capital no Brasil no período. Isso exige resgatar a categoria central do modo de produção capitalista: o mais-valor e sua taxa¹⁰. O gráfico 1 a seguir confronta a evolução da taxa de mais-valor e do salário médio real entre 2002 e 2015.

Gráfico 1: Rendimento médio real* (eixo da esquerda) Taxa de mais-valor (em %) (metodologia da expressão monetária do valor)** – Brasil, 2002-2015



Fonte: Aruto(2019) com base nas Contas Nacionais e PNAD/IBGE; ipeadata

*em R\$ segundo INPC de agosto de 2020

** A taxa de mais-valor aqui exposta foi desenvolvida com base na metodologia de Gouverneur (1990) que compartilha vários supostos dos marxistas associados à “Nova Interpretação”. Grosso Modo, a metodologia da taxa de mais-valor pela expressão monetária do valor procura mensurar a relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário a partir da duração da jornada de trabalho, do salário e da expressão monetária do valor (enquanto a manifestação monetária de uma hora de trabalho abstrato, em um dado ano). No caso presente, a taxa foi calculada selecionando as variáveis dos microdados da PNAD conforme a seguinte equação, modificada de Gouverneur (1990): $s = (PIB - L_u w_u - S_{cp}) / [(L_v t_v + L_i t_i)(w_v / t_v)] - 1$, onde s é a taxa de mais-valor, PIB é o Produto Interno Bruto, $L_u w_u$ é a massa de rendimentos dos trabalhadores improdutivos, S_{cp} é saldo dos rendimentos dos conta-próprias transferido para os capitalistas, $L_v t_v$, é o tempo de trabalho de todos os trabalhadores produtivos, $L_i t_i$, é o tempo de trabalho dos empregadores, w_v / t_v é a relação dos salários e tempo de trabalho por hora dos trabalhadores produtivos. Sobre as discussões teórico-metodológicas em torno da taxa de mais-valor no Brasil, ver Araújo (2011) e Aruto(2019). Para uma discussão metodológica sobre a mensuração do mais-valor/trabalho excedente a partir de várias perspectivas marxistas, ver Saad Filho (2011).

Conforme o gráfico 1, é possível estabelecer alguns subperíodos. Entre 2002-2004, há um aumento da taxa de mais-valor com redução do salário médio real. O segundo período se inicia em 2005 se estende até 2011. Com exceção do ano de 2009 (imediatamente impactado pela crise internacional decorrente do mercado hipotecário estadunidense), observa-se um aumento persistente da taxa de mais valor, 30 pontos percentuais (p.p.), concomitantemente a um também significativo aumento no

rendimento médio real de 23,5%. O terceiro subperíodo de 2011-2014 é marcado pela redução substancial da taxa de mais-valor, com uma queda de quase 15 p.p. em menos de 3 anos, com a manutenção da tendência de elevação do rendimento médio (14%). Por fim, no ano de 2015 há redução da taxa de mais-valor em 4 p.p. e uma redução do rendimento médio em mais de 7% em um ano. Infelizmente, a série se encerra em 2015, uma vez que a PNAD anual foi descontinuada e foi substituída pela PNAD Contínua, mas com outra metodologia.

Por trás desses movimentos, devem-se indagar os determinantes da taxa de mais-valor. Os dois extremos do período não oferecem tanta novidade, do ponto de vista da história da dependência na América Latina. No primeiro período, temos a situação típica do PRCEEP, principalmente na conjuntura de crise do final do governo de Fernando Henrique Cardoso e início do primeiro mandato de Lula, com a hegemonia ortodoxa da política econômica, quando a taxa de exploração estava associada a toda precarização do mercado de trabalho. Analogamente, a partir de 2011, a queda da taxa de mais-valor é o resultado da reversão do ciclo econômico internacional e do aumento dos rendimentos médios dos anos anteriores. Não à toa, o ano de 2015 é emblemático, como primeiro ano da recessão de 2015-2016, com queda da renda média.

É no segundo período que se encontra o ineditismo. No auge da experiência petista, a elevação da taxa de mais-valor e do rendimento médio é uma consequência do barateamento da cesta de consumo dos trabalhadores. Isso foi possível, novamente, pela excepcionalidade do período com aumento do preço internacional das *commodities* agropecuário-mineral e do Efeito China a ele associado:

(...) a capacidade chinesa de produzir bens manufaturados a baixo custo significou uma mudança de preços relativos que favoreceu enormemente a aquisição desses bens pela classe trabalhadora. De fato, a incorporação de uma parcela outrora marginalizada no “mercado de consumo de massa” que foi verificada nos governos Lula e Dilma resultou da queda do desemprego e da elevação da renda média, mas também desse barateamento dos bens industriais proporcionado pela manufatura chinesa (CONTI; BLIKSTAD, 2017, p. 24)

Nada mais, nada menos, do que o fenômeno do mais-valor relativo. A tabela 1 a seguir detalha o argumento, com base nas informações dos trabalhadores produtivos utilizadas para construir a taxa de mais-valor do gráfico 1. Ao se relacionar o índice de custo salarial (coluna 3) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) (coluna 4) com a expressão monetária do valor em um dado ano (ou seja, quanto uma hora de trabalho social é representada em termos monetários) (coluna 1), é possível questionar os determinantes do aumento da taxa de exploração. Isso porque a perspectiva da expressão monetária do valor permite associar a trajetória do preço de uma mercadoria ou do conjunto de mercadorias (como o INPC e a força de trabalho) com a expressão em dinheiro de uma hora de trabalho social, o que fornece uma evolução aproximada em termos de valor (enquanto trabalho abstrato/horas trabalhadas) dessas mercadorias¹¹.

Tabela1: Índices (2011=100) dos componentes em valor da reprodução da força de trabalho* – Brasil, 2002-2015

Ano	Índices - 2011=100							
	Índice Relação preço-valor de uma hora trabalho social	Tempo trabalho por trabalhador produtivo	Custo salarial por trabalhador produtivo	Índice de Preços - INPC	salário real por trabalhador produtivo	valor dos bem-salários	valor da força de trabalho	taxa de mais-valor
	1	2	3	4	5=3/4	6=4/1	7=5*6	8 (conforme gráfico 1)
2002	40	104	49	60	81	151	122	77
2003	46	103	53	66	80	144	115	84
2004	50	103	56	70	79	140	111	88
2005	54	102	61	74	83	137	114	84
2006	58	102	63	76	82	131	108	92
2007	65	101	70	80	88	123	108	91
2008	72	101	74	85	87	119	104	96
2009	77	101	81	89	92	116	106	92
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	100	100	100	100	100	100	100	100
2012	108	100	112	106	105	98	104	94
2013	120	99	123	112	110	93	102	95
2014	126	99	132	119	111	95	105	91
2015	136	97	141	133	107	97	104	90

Fonte: microdados da PNAD e Contas Nacionais/IBGE e ipeadata; Aruto(2019). *Assim como o gráfico 1, a tabela 1 tem como base a metodologia da expressão monetária do valor.

Nesse sentido, conforme tabela 1, verifica-se uma redução sistemática do valor dos bens-salários (coluna 6), ou seja, a relação entre o aumento do preço do conjunto de mercadorias que compõem o INPC foi menor do que o aumento da expressão monetária do valor em cada ano. Assim, a tendência em termos de valor foi de uma queda significativa das mercadorias que compõem o bem-salário. A magnitude da queda foi tanta que superou a elevação do custo salarial real (coluna 5). Essa discrepância parece condicionar a elevação da taxa de mais-valor no período 2002-2011, uma vez que o a duração média da jornada de trabalho (coluna 2) apresentou inclusive uma redução.

Em síntese, o aumento da taxa de mais-valor até 2011, excetuando por ora a questão da intensidade, se deu com uma diminuta redução da jornada média de trabalho, ao mesmo tempo em que se ampliava a massa de mais-valor em termos monetários e se reduzia uma parcela do valor do trabalho necessário médio do trabalhador produtivo. Essas condições são revertidas a partir de 2011, conforme os dados da própria tabela 01. Descartada a possibilidade de redução da taxa de mais-valor devido à redução da jornada de trabalho média, uma vez que ela se manteve praticamente inalterada, a explicação reside tanto na renda monetária gerada por hora de trabalho social, quanto no custo salarial dos trabalhadores produtivos. Contrastando a variação percentual da expressão monetária (coluna 1) e a do custo salarial por hora por trabalhador produtivo (coluna 3) percebe-se que para o período 2002-2011 a variação foi de 151,2% e 113,4%, respectivamente (ou seja, os trabalhadores produtivos aumentaram mais a geração de renda por hora do que o aumento custo salarial por hora). No período 2011-2015 a situação se inverte: 36,2% e 45,68%. E mais, um dos componentes do aumento do custo salarial foi precisamente a elevação dos preços dos bens-salários que, tomando base o ano de 2011, sai de um índice 93 em 2013 e aumenta para 97, dois anos depois.

Evolução dos mecanismos de superexploração durante o governo petista

Não é objetivo deste artigo analisar recessão de 2015-2016 e seus desdobramentos conjunturais na corrente crise de acumulação, ainda não resolvida. Procura-se, isso sim, destacar como a taxa de mais-valor é a base material dessa trajetória. Foi visto que o ápice do projeto petista de conciliação de classes coincidiu com o aumento da taxa de mais-valor por meio do expediente relativo. Esse mecanismo em nada se deve a uma suposta elevação das forças produtivas da economia nacional que incidem sobre as mercadorias que perpassam o consumo dos trabalhadores, mas sim, a maior integração dependente ao sistema econômico internacional.

Após ver os determinantes da taxa de mais-valor, fica a seguinte questão: como os mecanismos de SFT, na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, explicam a dinâmica da valorização de capital entre 2003 e 2015? Inicialmente, cabe resgatar o aviso de Marini (2005b, p. 193) que não há incompatibilidade alguma entre mais-valor relativo e SFT: “o problema está, portanto, em determinar o caráter que assume na economia dependente a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho”.

Sobre o aumento da jornada de trabalho enquanto modalidade de SFT, ela significa que, supondo um salário e uma intensidade do trabalho constantes, o aumento da taxa de mais-valor se faz ampliando o tempo de trabalho excedente. Com esse prolongamento, a força de trabalho se submete, durante um maior tempo, a realização de atividades que consomem as capacidades psíquico-físicas do trabalhador, promovendo um desgaste mais elevado da força de trabalho. Como o salário é constante, amplia-se o desgaste sem reposição, fazendo com que a degradação da força de trabalho seja um instrumento de ampliação da taxa de mais-valor, por meio da SFT.

No caso dos países dependentes, são notórias as longas jornadas de trabalho a que grande parte da população trabalhadora é submetida, comparativamente aos países do centro do sistema capitalista. A manutenção dessa diferença entre economias desenvolvidas e o Brasil não significa uma contraposição à interpretação do período 2003-2015. Uma coisa é existência estrutural e histórica dessa discrepância na duração da jornada, outra coisa é sua manifestação e tendência conjuntural¹². Nesse último caso, observa-se uma redução da jornada média de trabalho no Brasil, conforme tabela 1 da seção anterior enfatiza: entre 2002 e 2011, a quantidade de horas trabalhadas ao ano dos trabalhadores produtivos reduziu 3,5%, e para o período 2002-2015 como um todo, a redução foi de 6,5%.

Essa pormenorização dos dados não invalida a importância conferida ao expressivo contingente de trabalhadores submetidos à SFT por jornadas de trabalho extensas. Ela apenas ressalta que esse instrumento não se manifestou, na elevação da taxa de mais-valor e SFT, na conjuntura dos anos 2000 da mesma forma e intensidade que nas décadas anteriores¹³. A precisão das categorias nas conjunturas econômicas é uma ferramenta importante na crítica às posições burguesas.

Depois de vista a jornada média de trabalho, cabe analisar a evolução do salário. Na tabela 1, constatou-se, durante o auge do petismo, a crescente evolução do custo do salário por hora do

empregado produtivo e o aumento do salário médio real, sobretudo pela importação de bens de consumo. A tabela 2 a seguir destaca a evolução do salário mínimo nominal, salário mínimo necessário (SMN) segundo o DIEESE, o rendimento médio e rendimento mediano familiar, com o propósito de confrontar a evolução do salário e do suposto valor da força de trabalho no Brasil.

Antes disso, cabe um breve alerta. A determinação empírica do valor da força de trabalho em uma dada conjuntura é um tema controverso, com tendências contrastantes que só se concretizam a partir de condições históricas, sobretudo pela luta de classes. Por esses motivos, considera-se que esse centro de gravitação do valor da força de trabalho no Brasil estabelece-se e se mantém a partir da Constituição de 1988, dada a estrutura da dependência sob os determinantes do PRCEEP e os instrumentos/aparelhos do Estado Nacional. Frente à dificuldade de estabelecer monetariamente o valor histórico da força de trabalho nas formações socioespaciais dependentes, muitos pesquisadores tratam de associar sua trajetória com o SMN, calculado pelo DIEESE (2016). Esse procedimento deve ser feito com muita ressalva, pois pode levar a substituição de uma categoria história pelo mero formalismo estatístico.

Tabela 2: Salário mínimo nominal, necessário, valor nominal do rendimento familiar médio e mediano* (em R\$) e taxa de desocupação (em %) em setembro de cada ano - Brasil, 2001 -2016

Anos	Salário mínimo nominal (em R\$) (A)	Salário mínimo necessário nominal (em R\$) (B)	Valor nominal médio do rendimento mensal* (em R\$) (C)	Valor nominal mediano do rendimento mensal* (em R\$) (D)	Taxa de desocupação%	Contribuintes em qualquer ocupação %	Índice de Ocupados (2001=100)	(A)/(B)	(C)/(B)	(D)/(B)
2001	180	1.077	1.018	542	9,4	45,7	100,0	0,17	0,95	0,5
2002	200	1.248	1.114	600	9,2	45,2	103,6	0,16	0,89	0,48
2003	240	1.367	1.208	680	9,7	46,3	105,0	0,18	0,88	0,5
2004	260	1.532	1.299	748	8,9	46,4	110,8	0,17	0,85	0,49
2005	300	1.458	1.433	810	9,3	47,2	114,0	0,21	0,98	0,56
2006	350	1.493	1.599	922	8,4	48,6	116,5	0,23	1,07	0,62
2007	380	1.737	1.718	1.000	8,1	50,5	118,1	0,22	0,99	0,58
2008	415	1.972	1.908	1.180	7,1	52,1	121,4	0,21	0,97	0,6
2009	465	2.065	2.014	1.240	8,3	53,5	121,9	0,23	0,98	0,6
2010	510	2.048	-	-	-	-	-	0,25	-	-
2011	545	2.286	2.384	1.500	6,7	58,5	123,2	0,24	1,04	0,66
2012	622	2.616	2.669	1.711	6,2	59,8	124,9	0,24	1,02	0,65
2013	678	2.622	2.894	1.876	6,5	61,0	125,6	0,26	1,1	0,72
2014	724	2.863	3.136	2.000	6,9	61,2	129,3	0,25	1,1	0,7
2015	788	3.240	3.194	2.058	9,6	61,7	124,0	0,24	0,99	0,64
2016	880	4.013	-	-	-	-	-	0,22	-	-

* variáveis V4726 e V4722 dos microdados da PNAD de 2015

Fonte: PNAD/IBGE e Salário Mínimo Necessário/DIEESE; Elaboração própria

Conforme a tabela 2, ao se confrontar os quatro anos anteriores e posteriores a 2005 (início do movimento de redução da taxa de desocupação) percebe-se que o subperíodo de 2005-2009 é marcado por um expressivo crescimento relativo nominal no rendimento familiar médio de 40,5% (frente ao crescimento de 40,8% de 2001-2005) e, sobretudo, mediano, com a variação de 53% (maior do que o aumento de 49% entre 2001-2005). Quanto ao salário mínimo, o crescimento relativo nominal foi de 55% em 2005-2009, abaixo de 2001-2005 (66%), mas deve-se levar em conta a base de comparação extremamente baixa do ano de 2001. Além disso, percebe-se que o crescimento dos salários entre 2005-

2009 foi expressivo quando se contrasta com o desempenho do subperíodo 2011-2015, quando o salário mínimo oficial (44,5%), o rendimento familiar médio (34%) e mediano (37%) apresentam um crescimento relativo em menor patamar. Esse último fato está associado ao processo de estagnação e posterior recessão da economia brasileira. Por ora, cabe destacar que o menor crescimento relativo nominal dos salários a partir de 2011 somente ressalta o expressivo aumento do nível de rendimento das famílias no auge do crescimento econômico pré-crise, justamente em um momento de ampliação da taxa de mais-valor.

A melhora nas condições de vida de grande parte das famílias trabalhadoras pode ser melhor dimensionada quando contrastada com o SMN do DIEESE pela tabela 2. Cabe mais uma vez afirmar que é inegável a manifestação histórica da SFT pela discrepância entre o salário mínimo oficial e o SMN. Contudo, também é inegável o aumento do nível de rendimento das famílias, sobretudo daquelas dos estratos mais baixos: o salário mínimo sai de uma proporção de 17% do SMN em 2001 e atinge 25% em 2010, 26% em 2013 para depois reduzir sua proporção em 22% em 2016; o rendimento médio familiar chega a ultrapassar o SMN sistematicamente e consideravelmente entre 2011-2014, para, em 2015, voltar a ser menor; o rendimento mediano familiar perfazia 50% do SMN em 2001, com oscilações para baixo até 2004, quando então aumenta sua proporção até atingir 72% em 2013, para, dois anos depois, ficar em 64%.

O SMN corresponde ao valor monetário necessário para uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) viver tendo apenas um adulto como pessoa economicamente ativa. Nesse sentido, mesmo supondo o caso de famílias em que somente um dos componentes adultos trabalhe e receba um salário mínimo, no auge do petismo, este último correspondeu apenas a um quarto do salário mínimo necessário, o que já indicaria uma vulnerabilidade extrema em reproduzir socialmente o valor da força de trabalho (relação A/B). Mesmo no caso em que o salário médio familiar ultrapassou o SMN, a SFT se expressa (relação C/B). Isso porque historicamente as famílias de trabalhadores, para manterem (ou tentarem manter) o seu nível de vida muitas vezes, submetem grande parte dos seus membros à produção capitalista, sejam homens e mulheres, sejam crianças, jovens ou adultos. Assim, o tempo de trabalho total das famílias entregue ao capital se amplia, em detrimento do tempo dedicado a outras atividades importantes para descanso ou a reprodução social da força de trabalho. Essa situação se agrava quando se verifica que para metade das famílias brasileira o rendimento, apesar do seu crescimento no período, nunca se equiparou ao salário mínimo necessário e a partir de 2013 deu sinais de redução na proporção (relação “D/B” na tabela 2).

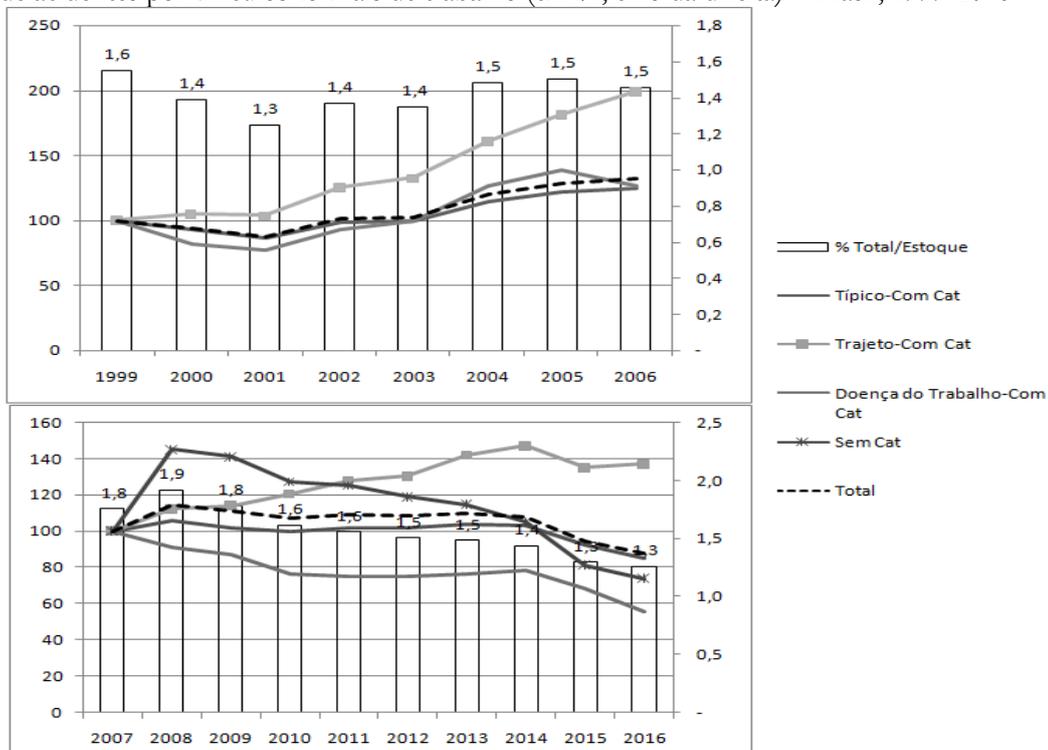
Seja como for, em um balanço geral, não é possível afirmar que o aumento e o pico da taxa de mais-valor no período dos governos petistas se deram por uma ampliação SFT por meio da redução dos salários. Assim como no caso da duração da jornada, as evidências são de que a SFT foi *relativamente contida* por um crescimento dos salários, sobretudo dos trabalhadores com menor rendimento.

Vistos a duração da jornada e o nível dos salários, resta, pois, questionar à intensidade da jornada de trabalho. A intensidade resulta em uma SFT por levar a um maior desgaste da força de

trabalho dado o valor histórico da jornada de trabalho em uma formação socioespacial¹⁴. Para elevação da intensidade, o capital mobiliza uma série de novas formas de gestão da força de trabalho e de introdução de máquinas e equipamentos que ampliam o ritmo de trabalho. Do ponto de vista analítico, contudo, é difícil dissociar o desgaste da força de trabalho devido à intensidade daquele promovido pelo aumento da jornada, bem como dissociar o aumento da produtividade em termos de valor de uso por unidade de tempo daquele resultante da introdução da maquinaria. Uma maneira aproximada de analisar a intensidade da jornada de trabalho é pelo número de acidentes de trabalho. O suposto é que, ao promover um ritmo anormal de trabalho em dada jornada normal, o aumento de intensidade torna mais suscetível a ocorrência de acidentes de trabalho.

Dito isso, a figura 1 a seguir detalha o índice de acidentes de trabalho por motivo/situação¹⁵, disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social (MPS)¹⁶, em dois períodos, 1999-2006 e 2007-2016¹⁷. Pela figura 1, observa-se que entre 1999-2003 há uma relativa estabilidade no total de acidentes/doenças. É a partir desse momento que se inicia a forte elevação do número de acidentes de trajeto, tendência essa que permanecerá por todo o período. Ainda no triênio 2004-2006, há um aumento no total de acidentes/doenças, mas esse aumento não ultrapassa a proporção de total de acidentes por vínculos formais de trabalho (em torno de 1,5%).

Figura 1: Índices de Acidentes de trabalho segundo motivo/situação com obrigatoriedade (1999 = 100) e sem obrigatoriedade da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) (2007 = 100) e relação do total de acidentes por vínculos formais de trabalho (em %, eixo da direita) – Brasil, 1999-2016



Fonte: RAIS/MTb e AEAT/MPS; Elaboração própria

No segundo período de análise (2007-2016), há uma ampliação entre 2007-2008 do total de acidentes inicial, que já parte de um patamar elevado do período anterior, principalmente devido aos registros sem CAT e acidentes de trajeto, com redução nas doenças com CAT. A partir de 2008, o número total de acidentes/doenças apresenta uma estabilidade que dura até 2014, quando nos dois anos posteriores há uma redução acentuada em todas as modalidades de acidentes e doenças, principalmente devido à recessão econômica e redução dos postos formais de trabalho.

De fato, considerando a proporção dos acidentes sobre o total de vínculos, a indicação é que no auge do crescimento econômico (2008-2010) o aumento do número de acidentes acompanhou a expansão do mercado de trabalho formal. Assim, corrobora-se com Costa (2013, p. 73) quando ele indica que o pequeno aumento relativo dos acidentes de trabalho no período é indicativo frágil de aumento da SFT, tendo em vista que o aumento pode ser explicado pela maior rigorosidade na fiscalização¹⁸.

Com os dados anteriores é possível fazer um balanço final das mudanças na jornada de trabalho diária a partir da década de 2000, confrontando-a com a SFT. Segundo os dados disponibilizados/elaborados, o aumento da taxa de mais-valor até 2011 se deu com uma redução da jornada de trabalho média e aumento real do rendimento familiar. Diante dessas evidências, defende-se aqui que esses resultados significaram uma contenção relativa da SFT, ou abrandamento, como também defendido por Costa (2013, p. 75). Contudo, de modo algum se pode dizer que a SFT foi superada ou mesmo que a estratégia petista de conciliação de classes permite essa superação. Mesmo quando o foco se mantém sobre a jornada diária, os dados do número de acidente/doenças relacionadas a atividades laborais constituem fortes indícios do elevado nível de desgaste da força de trabalho no Brasil, mesmo no auge do crescimento econômico, ainda que a incidência relativa dos acidentes tenha sido constante.

Para além do salário e da jornada direta de trabalho, o que se observa no período é uma diversificação dos mecanismos de SFT que permitem uma maior conversão do fundo de consumo para fundo de acumulação. Em outra ocasião, com base na PNAD, debateu-se a manutenção, mesmo no auge do crescimento em 2011, de um elevado tempo de deslocamento casa-trabalho¹⁹ e de tempo gasto em afazeres domésticos²⁰ em todo período 2002-2015, sobretudo para as mulheres (ARUTO, 2019). Além disso, ampliou-se a tendência de conversão do fundo de consumo do trabalhador para o fundo do capital quando, por exemplo, discutiu-se como os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram absorvidos pelo capital. Apenas para pontuar a conversão desse suposto fundo do trabalho para fundo do capital, basta recordar que por meio das Desvinculações de Receitas da União (DRU) uma parte dos recursos não se dirigiu aos trabalhadores: “Entre os exercícios de 1995 a 2014, em regime de competência, foi arrecadado como Contribuição PIS/PASEP o montante de R\$ 472,0 bilhões e retidos no Tesouro Nacional, como DRU, o valor de R\$ 97,0 bilhões (CODEFAT, 2015, p. 22)”. O drama se amplia ainda mais na conjuntura de 2016, com a aprovação da emenda constitucional 93/2016 que prorrogou a política de desvinculações até 2023 e eleva o percentual de 20% para 30%. A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) denuncia sistematicamente como essas medidas de desvinculações e

desonerações estão ligadas ao sistema da dívida, quando, a partir do Plano Real em 1994, parte significativa do orçamento público é apropriado pelos detentores dos títulos públicos (ACD, 2015).

Superexploração e aprofundamento do projeto neoliberal pós-2016

A categoria de SFT está permeada de polêmicas desde sua origem. No *Post-Scriptum ao Dialética da Dependência*, Marini (2005a) já procura responder a algumas críticas e equívocos de interpretação. É o caso de Fernando Henrique Cardoso, que reduz a SFT apenas ao aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), afirmando, então, que se trata de uma modalidade de exploração meramente episódica no desenvolvimento do modo de produção capitalista, pautado crescentemente pelo mais-valor relativo. Em resposta, Marini explica que a SFT não se limita à mais-valia absoluta, pois abrange uma modalidade de mais-valia relativa (via intensificação da jornada de trabalho), e também, a conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de consumo do capital (atuando, simultaneamente, no trabalho excedente e no necessário)²¹.

Mais do que isso, continua Marini, o equívoco de Cardoso está em supor que o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica na eliminação das formas menos desenvolvidas de acumulação, como se elas não pudessem coexistir simultaneamente em uma dada formação social. Essa crítica é particularmente importante para o presente artigo, pois ressalta a importância de compreender as formas de exploração capitalista de maneira diversa e desigual no conjunto do sistema capitalista. De fato, Valencia (1999, p. 311), ao reunir (e rebater) outra série de críticas à TMD e à SFT, enfatiza que em nenhum momento Marini defendeu a impossibilidade do mais-valor relativo no continente latino-americano. Importava, para ele, isso sim, relacionar dialeticamente as formas de mais-valor relativo e absoluto com o desenvolvimento tecnológico.

Nas últimas décadas, diante dos resultados da experiência petista no governo federal, houve uma retomada dos debates e das polêmicas em torno da SFT. Cabe mencionar algumas abordagens mais próximas do presente objeto. Araújo (2011) estima a taxa de mais-valor para o Brasil durante a década de 1990 até meados de 2000, a partir da metodologia da matriz insumo-produto. Nos seus cálculos, a taxa de exploração se eleva entre 1996 e 2004, com uma estabilidade até 2007. Luce (2013; 2018) resgata a TMD e a categoria de SFT na crítica aos governos novodesenvolvimentistas, utilizando dados secundários quanto ao perfil das ocupações, consumo e dos rendimentos no Brasil. Partindo do mesmo tema e metodologia, Costa (2013) defende que durante o auge econômico do governo petista houve um abrandamento, e não intensificação, da SFT. Guanais (2018) investiga teórica e empiricamente a SFT em um contingente específico dos trabalhadores brasileiros, no caso, o dos cortadores de cana, mediante vários mecanismos de exploração, conforme os aspectos formais das relações de produção. Heinen (2021) discute precisamente a formação, constituição e mudança da atual da superpopulação relativa no Brasil, enquanto uma das condições para a SFT.

Para além do Brasil, na América Latina, recentemente, houve um debate polêmico sobre a relevância da SFT no capitalismo dependente. Cláudio Katz (2017), sem romper com a TMD, levanta problemas conceituais com a SFT e propõe focar mais no baixo valor da força de trabalho do que na suposta remuneração da força de trabalho abaixo seu valor. Jaime Osorio (2018), prontamente, rebate essa posição e defende tanto que a violação do valor da força de trabalho encontra respaldo em Marx, quanto que é impossível dissociar o capitalismo dependente da SFT, resgatando Marini. E mais, destaque que a SFT se manifesta concretamente em conjunturas específicas e em um padrão determinado de reprodução do capital.

Corroborando com Osorio, o ponto aqui defendido é que a SFT constitui a categoria central para se analisar a dependência no Brasil nas últimas décadas. Condicionada pelo ciclo das *commodities*, a economia brasileira registrou até 2010 um crescimento econômico superior à média histórica das duas décadas anteriores, o que permitiu uma expansão da política social, do crédito interno e do investimento público, produzindo um aumento real do rendimento médio. Segundo Breda (2020), desde o ponto de vista das transferências internacionais de valor, observa-se uma importante redução no volume transferido, embora o saldo líquido negativo tenha sido uma constante: em 2003 se transferiu US\$ 90 bilhões, em 2011, US\$15 bilhões. Com a inversão do ciclo internacional e o início da crise de acumulação, em 2014 o volume transferido se elevou a algo mais de 50 bilhões de dólares.

De fato, a conjuntura do auge do governo petista na primeira década de 2000 é caracterizada por uma queda da transferência internacional de valor, a qual condicionou a política econômica e acumulação de capital no Brasil. Mas a despeito das mudanças conjunturais, a estrutura da dependência obriga “(...) al capitalismo dependiente a superexplotar a fuerza de trabajo como única alternativa para un desarrollo capitalista interno” (CARCANHOLO, 2017, p. 88)²². A questão é como compreender a manifestação da SFT ao longo do governo petista e depois dele, dentro dessa estrutura da dependência.

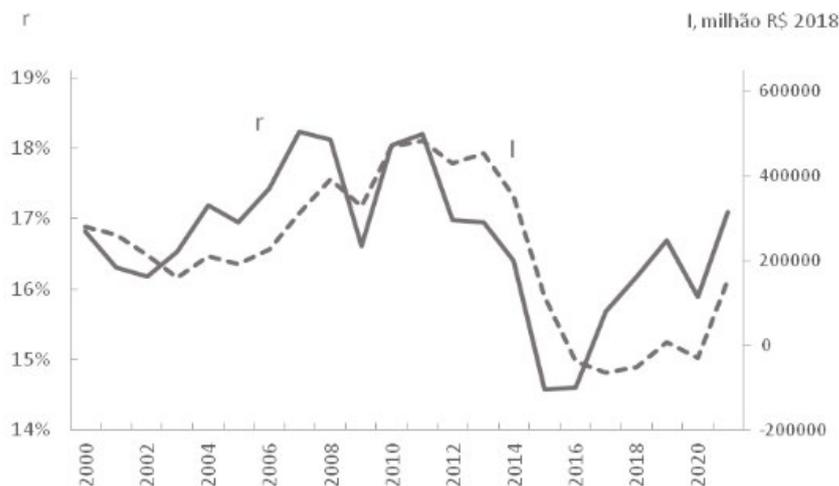
Da nossa parte, como visto na seção anterior, a trajetória da SFT ao longo do período refletiu o movimento cíclico da economia internacional, que condicionou, por sua vez, os mecanismos de superexploração. Enquanto a transferência internacional de valor diminuiu, entre 2003 e 2011, foi possível conter relativamente o SFT, seja aumentando o rendimento médio real, reduzindo a jornada de trabalho (-3,8%) e (ao menos) mantendo sua intensidade, com base nos acidentes de trabalho (1,8% dos vínculos formais em 2007, 1,6% em 2010).

A contenção relativa da SFT na conjuntura dos anos 2000 foi fundamental para estratégia de conciliação de classes do PT, mas era insustentável diante da estrutura da economia dependente e da reversão do ciclo da economia internacional pós-2008. Evidentemente que essa relação não pode ser desenvolvida aqui nesse momento, mas em uma visão geral e parcial, cabe apenas destacar que a crise de acumulação da economia brasileira tem sua causa tanto no front externo (menor crescimento das exportações e deterioração dos termos de troca entre 2011-2015), quanto interno, seja porque os setores ligados à produção primária exportadora diminuem o nível de produção, seja porque há uma redução relativa dos gastos autônomos do governo ao mesmo tempo em que a redução da taxa de desemprego e

aumento do salário real desencadearam um conflito distributivo entre capital e trabalho (PINTO et al, 2017).

Por trás desses fatores, a atual crise de acumulação no Brasil é uma resposta à redução da taxa de investimento pós-2013, sobretudo o do setor público. Por sua vez, a queda do investimento respondeu, ainda que com uma defasagem temporal, à queda da taxa de lucro depois do seu auge em 2007/2008, a qual tem por base a queda da taxa de mais-valor desde 2011, como visto na seção anterior. A figura 2 a seguir ilustra o comportamento da taxa de lucro e do investimento e da taxa de lucro e da taxa de crescimento do PIB. Segundo Marquetti et al (2023), entre 2002 a 2007, a taxa de lucro aumenta mais de 2 pontos percentuais, atingindo aproximadamente 18%. Com a crise econômica de 2008, a taxa de lucro oscila nos três anos seguintes para, a partir de então, entrar em franca queda, atingindo menos de 15% em 2015, no primeiro ano de recessão.

Figura 02: A taxa de lucro, r , e o investimento líquido, I , Brasil: 2000-2021



Fonte: Marquetti et al (2023, p. 5)

A trajetória do investimento, como dito, responde ao movimento da taxa de lucro, mas como certo atraso. Além da defasagem temporal, a “demora” na resposta dos investimentos à queda da taxa de lucro no início da década de 2010 se deve também à adoção de políticas de sustentação da demanda agregada no primeiro governo Rousseff, mas que não lograram reverter a desaceleração da economia: “É essa política, em última análise, que produziu o forte desarranjo inicial das contas públicas. Ela apelou para fortes desonerações fiscais e estas, junto com outras medidas, apenas atrasaram a queda do investimento” (PRADO, 2017, p. 5). A política econômica do governo Dilma ficou premida entre uma queda do nível de produção externa e interna, diminuição do nível de lucratividade das empresas e, ao mesmo tempo, a necessidade de assumir os compromissos da estratégia neoliberal interna e externamente.

A pressão no início do segundo governo de Dilma foi grande, reeleita por uma margem apertada em segundo turno em 2014. Essa pressão só não foi maior que o apego do PT à estratégia

burguesa de desenvolvimento dependente e à conciliação de classe. Não à toa, o choque ortodoxo do Ministro da Fazenda Joaquim Levy em 2015 constituiu uma vã e infrutífera tentativa de “aceno” mercado, mas resultou apenas no aprofundamento da estagnação, agora uma recessão aberta, com escalada do desemprego.

A antessala do golpe de 2016 estava posta. Por parte da classe burguesa, a grave crise de acumulação na economia dependente sob o modelo neoliberal de desenvolvimento apontava como única solução mais dependência e mais neoliberalismo. A conciliação de classes e compromisso social do PT no combate às mazelas do subdesenvolvimento era incompatível, agora, com o novo estágio da guerra de classes deflagrada pela burguesia.

Diante dos determinantes postos sobre a economia dependente, o ponto aqui defendido é que o período pós-2016 inaugura uma nova orientação dos mecanismos de SFT. Como visto, entre 2011-2015 a contenção relativa da SFT já dá sinais de esgotamento, sobretudo pela sua restrição à política social e ao aumento de consumo, sem uma perspectiva de reformas estruturais e de questionamento da propriedade privada. Aqui entra uma das possíveis interpretações das jornadas de junho de 2013: em um momento em que o nível de emprego e o do salário médio estavam no auge, uma multidão de pessoas de vários estratos de renda foi às ruas em várias cidades do Brasil por uma série de motivos, dentre eles, a qualidade, acesso e preço dos serviços públicos (sobretudo do meio urbano), como moradia e transporte público.

No pós-2016, com os governos Temer e Bolsonaro, a contenção relativa da SFT, com todos os seus limites, é revista. À medida que a desaceleração econômica se aprofunda e dá espaço à recessão de 2015-2016, reforça-se a hegemonia política das organizações e partidos de direita, com o intuito de aprofundar o projeto neoliberal: reforma trabalhista, teto dos gastos, reforma da previdência, entre outras tantas medidas nefastas à classe trabalhadora. Essas medidas procuraram recompor a taxa de lucro atuando, sobretudo na redução do custo (para o capital) da força de trabalho, em sentido amplo. De fato, retomando a figura 1, observa-se uma elevação da taxa de lucro a partir da recessão de 2016, saindo de menos de 15%, para 17% em 2021. Os determinantes desse movimento não estiveram associados a uma maior produtividade do capital, mas sim ao fato que “A taxa de lucro expandiu entre 2015 e 2021 com o aumento da parcela dos lucros e a maior utilização da capacidade instalada.” (MARQUETTI, et al, p. 6)

A hipótese aqui colocada é que, para se contrapor à estagnação/recessão, a burguesia na economia dependente procura elevar a taxa de lucro mediante uma maior SFT, com base nos mecanismos que passam diretamente pelo processo de trabalho, ou seja, redução do salário, informalidade, maior jornada de trabalho e maior desgaste da força de trabalho. Essa hipótese precisa ser amparada em mais análises vinculadas à TMD, o que se segue são algumas evidências nesse sentido.

A tabela 3 a seguir ressalta a informalidade e a desocupação no Brasil a partir de 2012. Por meio dessas variáveis, é notória a ampliação do contingente de trabalhadores desempregados, engrossando o exército industrial de reserva. No final do primeiro mandato de Dilma (2014/4), a taxa

de desocupação era 6,5%, com 34% dos trabalhadores desempregados há mais de um ano e uma taxa de formalidade de 65%. Com a recessão de 2015/2016 e a estagnação que se seguiu, aliadas às séries de reformas deflagradas contra os trabalhadores, a situação fica mais dramática. Depois do pico de 13% em 2018/1, o desemprego se estabiliza em um alto patamar de 11% no final de 2019, com quase 40% deles há mais de um ano sem emprego. Mais do que o crescimento quantitativo, há uma mudança no perfil dos desempregados: quase 54% deles são mulheres e 65% são não-brancos. Além disso, 37% dos ocupados no fim de 2019 não contribuíam para previdência, tornando a informalidade um fenômeno estrutural.

Tabela 3: Taxa de geral de desocupação e segundo sexo e cor, taxa geral de formalidade* e proporção dos desocupados com tempo médio de desocupação acima de 1 ano, por trimestre – Brasil, 2012-2019

Trimestres	Desemprego					Taxa geral de Formalidade (em %)	Mais de um ano desempregado (em %)
	Taxa de desocupação Geral (em %)	Taxa de desocupação Mulheres (em %)	Taxa de desocupação Não-Brancos (em %)	Participação das Mulheres nos desempregados (em %)	Participação não Brancos nos desempregados (em %)		
1º trimestre 2012	7,9%	10,2%	9,2%	55,5%	59,0%	61,6%	36,2%
2º trimestre 2012	7,5%	9,3%	8,8%	53,8%	60,4%	62,0%	34,8%
3º trimestre 2012	7,1%	8,8%	8,4%	54,0%	61,1%	62,1%	35,1%
4º trimestre 2012	6,9%	8,3%	8,2%	52,8%	62,0%	62,6%	33,5%
1º trimestre 2013	8,0%	9,9%	9,5%	54,0%	62,4%	62,8%	31,7%
2º trimestre 2013	7,4%	9,3%	8,8%	54,2%	61,9%	63,1%	32,5%
3º trimestre 2013	6,9%	8,6%	8,1%	54,0%	60,9%	63,2%	31,6%
4º trimestre 2013	6,2%	7,6%	7,3%	53,4%	61,5%	64,3%	35,0%
1º trimestre 2014	7,2%	8,8%	8,4%	53,4%	61,5%	64,7%	33,3%
2º trimestre 2014	6,8%	8,2%	8,0%	52,0%	61,8%	64,7%	33,7%
3º trimestre 2014	6,8%	8,2%	7,8%	52,7%	61,3%	64,7%	33,8%
4º trimestre 2014	6,5%	7,7%	7,5%	51,7%	61,1%	64,9%	33,9%
1º trimestre 2015	7,9%	9,6%	9,3%	52,9%	62,2%	65,0%	33,2%
2º trimestre 2015	8,3%	9,8%	9,7%	51,7%	61,6%	64,7%	34,1%
3º trimestre 2015	8,9%	10,4%	10,4%	51,3%	61,9%	65,7%	34,5%
4º trimestre 2015	8,9%	10,6%	10,4%	51,4%	61,3%	65,7%	37,0%
1º trimestre 2016	10,9%	12,7%	12,8%	50,8%	62,5%	65,4%	36,3%
2º trimestre 2016	11,3%	13,2%	13,1%	50,9%	61,7%	65,7%	38,5%
3º trimestre 2016	11,8%	13,5%	13,7%	50,1%	62,2%	65,4%	38,4%
4º trimestre 2016	12,0%	13,8%	14,1%	50,3%	63,6%	65,0%	38,6%
1º trimestre 2017	13,7%	15,8%	16,1%	50,6%	63,6%	64,3%	38,4%
2º trimestre 2017	13,0%	14,9%	15,2%	50,8%	63,7%	63,9%	39,2%
3º trimestre 2017	12,4%	14,2%	14,6%	50,8%	63,6%	63,5%	39,8%
4º trimestre 2017	11,8%	13,4%	13,7%	50,7%	63,7%	63,8%	40,9%
1º trimestre 2018	13,1%	15,0%	15,3%	50,9%	64,2%	63,7%	38,7%
2º trimestre 2018	12,4%	14,2%	14,5%	51,0%	64,0%	63,1%	38,7%
3º trimestre 2018	11,9%	13,6%	13,9%	51,1%	64,1%	63,2%	40,4%
4º trimestre 2018	11,6%	13,5%	13,5%	52,1%	64,5%	63,6%	41,1%
1º trimestre 2019	12,7%	14,9%	14,8%	52,6%	64,0%	62,8%	38,9%
2º trimestre 2019	12,0%	14,1%	14,1%	52,8%	64,4%	62,3%	40,4%
3º trimestre 2019	11,8%	13,9%	13,9%	53,3%	65,2%	62,8%	38,8%
4º trimestre 2019	11,0%	13,1%	12,8%	53,8%	64,9%	63,4%	39,2%

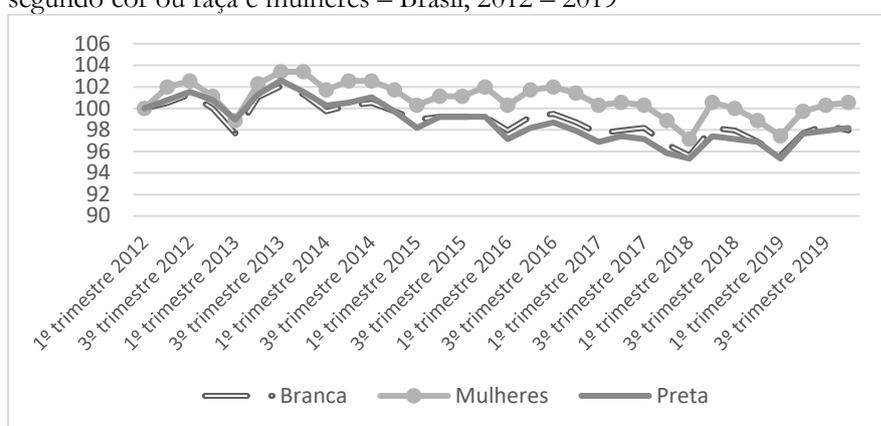
*contribuição à previdência em qualquer ocupação

Fonte: PNADC/IBGE, elaboração própria

O aumento no número de desempregados, no tempo de desemprego, sua recorrência mais intensa sobre mulheres e não-brancos e o aumento da informalidade são sintomas típicos do mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos, como todo século XX faz lembrar, precisamente porque significam condições mais propícias de se ampliar a SFT. Ainda que mais dados sejam necessários, a exemplo da seção anterior, é possível dimensionar uma maior discrepância entre o valor da força de trabalho e sua remuneração, principalmente pelas mudanças na jornada de trabalho pós-2016.

O gráfico 2 a seguir detalha o índice de horas trabalhadas (2012=100) segundo o IBGE para cor/raça e para mulheres. Em um primeiro momento, a intensidade da crise de 2015-2016 e a estagnação subsequente reduziram a quantidade de horas trabalhadas: em 2018/1, estava abaixo 4% para os brancos, 5% para os autodeclarados de cor/raça preta, e 3% para mulheres. Essa leve redução da jornada média deve ser avaliada para os distintos segmentos dos trabalhadores: por um lado, uma parcela dos trabalhadores ainda é submetida a longas jornadas de trabalho, por outro, trabalhadores em ocupações mais precárias, sobretudo para autodeclarados de cor/raça preta e mulheres, possuem uma jornada reduzida²³. A partir de 2018, houve uma retomada do índice médio de horas trabalhadas para todos os estratos, aproximando-se do início da série histórica, sendo que as mulheres já trabalham mais no final de 2019 do que em 2012.

Gráfico 2: Índice de horas trabalhadas efetivamente em todos trabalhos por trimestre (2012/1=100) segundo cor ou raça e mulheres – Brasil, 2012 – 2019



Fonte: PNADC/IBGE, elaboração própria

Desemprego, informalidade, longas jornadas para uns, insuficientes para outros, a reunião das variáveis parece confirmar a hipótese de uma maior SFT na segunda década de 2000, incidindo, com toda força, sobre a jornada direta. Do mesmo modo, a trajetória recente dos rendimentos das famílias trabalhadores, conforme quadro 1 a seguir, corrobora a análise provisória.

Quadro 1: Índice de Gini, Rendimento médio mensal real (a preços médios do ano) domiciliar per capita (em R\$)(I), Salário Mínimo Necessário per capita (em R\$ de dezembro de cada ano) (II) e Proporção de (I)/(II) segundo classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita– Brasil, 2012 a 2019

Variáveis	Classes de rendimentos das pessoas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
(I) Rendimento médio mensal domiciliar per capita (em R\$)	até 50%	R\$ 277	R\$ 310	R\$ 350	R\$ 370	R\$ 382	R\$ 392	R\$ 413	R\$ 438
	mais de 95% até 99%	R\$ 4.045	R\$ 4.361	R\$ 4.811	R\$ 4.937	R\$ 5.493	R\$ 5.724	R\$ 6.162	R\$ 6.421
	mais de 99% até 100%	R\$ 10.682	R\$ 11.054	R\$ 11.702	R\$ 12.583	R\$ 13.827	R\$ 14.511	R\$ 16.297	R\$ 17.373
(II) SMN per capita (em R\$)		R\$ 640	R\$ 691	R\$ 744	R\$ 880	R\$ 964	R\$ 896	R\$ 990	R\$ 1.086
(I)/(II)	até 50%	0,43	0,45	0,47	0,42	0,40	0,44	0,42	0,40
	mais de 95% até 99%	6,32	6,31	6,47	5,61	5,70	6,39	6,22	5,91
	mais de 99% até 100%	16,68	15,99	15,73	14,30	14,34	16,19	16,46	16,00
Índice de Gini		0,540	0,533	0,526	0,524	0,537	0,538	0,545	0,543

Fonte: PNAC/IBGE, DIEESE. Elaboração própria

O quadro 1 confronta duas situações. Em (I) encontra-se o rendimento domiciliar per capita segundo classes selecionadas das pessoas por renda: até 50% mais pobres, dos 5% a 1% mais rico e o 1% mais rico. Por exemplo, em 2012, os 50% mais pobres do Brasil apresentavam um rendimento médio domiciliar de R\$277,00, na faixa de 5% a 1%, R\$4.045 e o 1%, R\$10.682. Em (II) temos o SMN domiciliar per capita, que consiste na divisão do SMN calculado pelo DIEESE por quatro membros familiares (dois adultos e duas crianças), conforme a metodologia de estimação da entidade. Confrontando I e II, é possível questionar até que ponto o rendimento recebido em cada estrato renda se aproxima ou se afasta do preço da cesta mínima de consumo calculada pelo DIEESE. Antes de 2015, durante primeiro governo de Dilma, os 50% mais pobres apresentaram um aumento da relação (I)/(II) de 0,43 para 0,47, sendo que o 1% mais rico apresentou uma queda de 16,68 para 15,73. Por trás desse movimento encontrava-se a desaceleração da economia, com a queda da taxa de mais-valor e manutenção da política de salário mínimo e manutenção do emprego. Com a recessão de 2015 e 2016, todas as faixas de rendimento são atingidas, reduzindo sua proporção (I)/(II), respectivamente, em relação a 2014. No caso dos 50% mais pobres, a situação é mais dramática, com uma redução sucessiva nos dois anos, já que as duas classes mais ricas registraram em 2016 um leve aumento.

É o período pós-recessão que consolida a piora condições de vida das famílias trabalhadoras. Ainda que com alguma oscilação, a estagnação econômica é marcada por uma redução da proporção do rendimento domiciliar per capita e o salário mínimo necessário para as famílias trabalhadoras mais pobres: em 2019 os 50% mais pobres ganham o equivalente a 40% do SMN, sendo que essa proporção era de 47% em 2014 e 43% em 2012. Para os mais ricos, há também uma oscilação, mas a proporção em 2019 do seu rendimento domiciliar per capita já era maior do que no período de recessão. Essa discrepância entre os estratos de renda é base para o aumento da desigualdade a partir de 2016, conforme o índice de Gini.

Por fim, recompondo as evidências recentes levantadas, observa-se que a crise de acumulação brasileira não dá sinais de solução e que a estagnação econômica vigente tem como base um aumento da exploração do trabalhador: jornadas de trabalho elevadas, desigualdade de renda, precariedade, informalidade, desemprego e redução do poder de compra do salário de grande parte das famílias trabalhadoras. São as características históricas do mercado de trabalho da economia dependente a recobrar suas forças na segunda década do século XXI. Mostram também que a conciliação de classes e contenção relativa da SFT é apenas uma ilusão, nunca podem ser alçadas como estratégia por parte das organizações e partidos de esquerda comprometidos com a superação do capitalismo dependente.

Considerações finais

O lucro médio do capitalista individual, ou de cada capital particular, é, como vimos, determinado não pelo mais-trabalho, de que esse capital se apropria em primeira mão, mas pela quantidade total de mais-trabalho de que o capital inteiro se

apropriada e do qual cada capital particular extrai seus dividendos como alíquota do capital total. (MARX, K. *O capital*, tomo III, capítulo 36, s.p.)

O objetivo deste artigo foi discutir os diversos mecanismos de SFT na economia dependente brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI. O foco da discussão esteve em três subperíodos: 2003-2010, 2011-2014, 2015-2019. No primeiro, a conjuntura econômica internacional e as políticas pró-mercado interno, dentro do projeto neoliberal de conciliação de classes do PT, resultaram em uma contenção relativa da SFT, sobretudo pelo aumento do salário direto e consumo individual. Ainda que essa hipótese tenha que ser aprofundada, a contenção relativa da SFT pôde ser suportada pela burguesia dependente, pois a elevação do lucro médio, de forma generalizada setorialmente no subperíodo, mais do que compensou a redução do mais-valor extraído pela violação do valor da força de trabalho. Apesar disso, a SFT enquanto categoria estrutural da economia dependente se manteve, com uma diversidade de mecanismos para além da jornada de trabalho. Com a reversão do ciclo no fim da primeira década, a contenção relativa da SFT não poderia ser mais suportada diante da queda da taxa de mais-valor, base material da desaceleração econômica. Sistemáticamente, observava-se a profusão das características históricas do mercado de trabalho brasileiro: aumento do desemprego, informalidade, desigualdade, queda do rendimento. De fato, com a recessão de 2015-2016 e a estagnação econômica subsequente, a burguesia dependente, mais do que nunca impotente em promover uma acumulação de capital baseada em maior produtividade, deflagra o aprofundamento da SFT como instrumento primordial para recompor sua taxa de mais-valor.

O artigo procurou contribuir na análise crítica da economia dependente brasileira em dois âmbitos. Em primeiro lugar, empiricamente, com dados organizados a partir da categoria de SFT, de forma mais homogênea possível. Em segundo lugar, procurou-se enfatizar o aspecto material das condições de produção e reprodução da economia brasileira, para além da política econômica. De fato, essa última questão é importante, pois recorrentemente organizações ligadas ao projeto petista, e mesmo algumas críticas a elas, resumem o insucesso e fracasso do governo Dilma a um “*mix*” equivocado de política econômica. Como diria Manuel Vázquez Montalbán “A veces las preguntas clásicas son las que hacen posibles las respuestas verdaderas”.

Referências:

ACD (Auditoria Cidadã da Dívida). Mentiras e verdades sobre a dívida pública – parte 2. **ACD**, Artigos da ACD. 2015. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-2/>. Com acesso em junho de 2017.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: OSORIO, J. *et. al.* (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

AMARAL, M.S. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2018.

ARAÚJO, E. S. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007.** 2011. Orientadora: Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, 199f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/772> com acesso em junho de 2017.

ARUTO, P. C. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais.** Orientador: Fernando César de Macedo Mota. Tese (Doutorado), Instituto de Economia, Campinas, Unicamp, 2019.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano.** 15. ed. México-DF e Madrid: Siglo XXI, 1999.

BREDA, D.M. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015.** 2020. Orientador: Marco Antonio Martins da Rocha. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2020.

CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. **Texto para discussão.** Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, n. 304, junho de 2017, 44 p.

CARCANHOLO, M. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: la actual lucha de clases por la transformación social. In: VILLAGRA, L. (org). **Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas.** Asunción: CLACSO, 2015, p. 263-282.

CARCANHOLO, M. (2016). (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ARANCIBIA, P.A. [et al.]. **Pesquisando a Hegemonia Estadunidense na América Latina.** Florianópolis: Em Debate / UFSC, 2016, p.15-30.

CARCANHOLO, M. D. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx.** Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Unesp. IE/Unicamp, 2002.

CODEFAT (CONSELHO DELIBERATIVO DO FAT). **Relatório anual de Gestão de 2014.** Brasília-DF: CGFAT/SOAD/SE/MTb, 2015, disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/2014.pdf> com acesso em outubro de 2021.

CONTI, B. de; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que queremos que sejamos e o que queremos ser. **Textos de Discussão.** Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, n. 292, abril de 2017.

COSTA, A. T. de B. **A superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2013).** Orientador: Lauro Francisco Mattei. 2013 86 fls. Monografia (curso Ciências Econômica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DIRCEU, J. José Dirceu: “O problema do Bolsonaro é do PSDB e DEM. Sem Lula, temos Ciro e Haddad” **El país:** 26 de setembro de 2018. Entrevista concedida a Marina Rossi. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/24/politica/1537815456_213002.html , com acesso em outubro de 2020.

DOS SANTOS, T. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOUVERNEUR, J. Productive labour, price/value ratio and rate of surplus value: theoretical viewpoints and empirical evidence. **Cambridge Journal of Economics**, v. 14, n. 1, p. 1-27, 1990

GOUVERNEUR, J. **Comprender la economía: la cara oculta de los fenómenos económicos.** Diffusion Universitaire CIACO, Louvain-la-Neuve, 2005. Disponível em: <http://www.i6doc.com>, com acesso em dezembro de 2017.

GUANAIS, J.. Salario por pieza y superexplotación del trabajo. **Sociología del Trabajo.** Universidad Complutense de Madrid, n. 92. 2018.

- HEINEN, V. L. Superpopulação relativa no Brasil: tamanho e composição entre 2012 e 2020. Orientador: Lauro Francisco Mattei . Co-orientador: Pietro Caldeirini Aruto. 2021; **Monografia** (curso Ciências Econômica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- KATZ, C. Aciertos y problemas de la superexplotación. **IELA**, 2017. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/aciertos-y-problemas-de-la-superexplotacion/>, com acesso em julho de 2020.
- LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUCE, M. S. Superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, N (org.). **Desenvolvimento e dependência**. IPEA, 2013, p. 145-166.
- MARINI, R.M. Sobre a Dialética da Dependência. In: In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b p. 181-194.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, p. 137-180.
- MARINI, R.M.. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *In* publicación: **América Latina, dependencia y globalización**: Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830092707/06razones.pdf>, com acesso em outubro de 2020.
- MARQUETTI, A. et al. De volta ao poder: perspectivas e limites do governo Lula. **Texto para discussão**. Florianópolis: NECAT/UFSC, n°.52, 2023.
- MARX, K. **O capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels) [recurso digital]
- MARX, K. **El Capital**: crítica de la economía política. Tomo I. Mexico, DF: Siglo XXI, 1975.
- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva—estudo de cinco economias da região. In FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, p. 103-133, 2012b.
- OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, p. 37-86, 2012a.
- OSORIO, J. Sobre superexploração e capitalismo dependente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, Set./Dez. 2018
- PINTO, E. et al. A guerra de todos contra todos: A Crise Brasileira. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: UFRJ, n° 06, 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_006_2017_PINTO%20et%20al.pdf , com acesso em agosto de 2018.
- PRADO, E. O mergulho da galinha: por si ou por causa dela? **Economia e complexidade**. P. 1-7, 2017 Disponível em <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2017/08/o-mergulho-da-galinha-por-si-ou-por-cao-da-dela.pdf> com acesso em maio de 2018.
- PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & política**, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2011.
- SAAD FILHO, A. **O valor de Marx**: economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- VALENCIA, A.S. Dependencia y superexplotación. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (coord.). **La teoría social latinoamericana**. Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia. 2. ed. México, DF: El Caballito, 1999, p. 289-318.

Notas

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Regional e Urbana (IE/unicamp). Economista da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço de Santa Catarina (Sicos/SC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1914426306103282>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4693-0292>. E-mail: pietro.aruto@gmail.com.

² Sobre a trajetória da TMD e seu (não) debate no Brasil, ver Prado (2011).

³ (...) há quatro formas principais de superexploração [da força] do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência - que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: a) aumento da intensidade do trabalho; b) o prolongamento da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista – (...); d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 99).

⁴ O padrão de reprodução do capital procura precisar as mediações abstratas e concretas entre as categorias de modo de produção capitalista e sistema mundial e as formações sociais. Mais especificamente, nas palavras de Osorio (2012a, p. 40-41, destaque do autor): “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram.”

⁵ Em uma primeira aproximação, o valor da força de trabalho corresponde à quantidade de bens socialmente necessários para reposição do seu desgaste durante a jornada de trabalho e para sua (re)produção social. Isso significa que o valor diário/mensal da força de trabalho refere-se ao “tempo total de vida útil do trabalhador ou o total de dias em que o possuidor da força de trabalho vende sua mercadoria no mercado, em boas condições, além dos anos de vida em que já não participará da produção (anos de aposentadoria)” (OSORIO, 2012a, p. 50, *italico* do autor). Por fim, o tempo total de vida do trabalhador e a composição do salário revelam as condições que um conjunto de mercadorias deve atender para satisfazer as necessidades físicas, biológicas e, principalmente, sociais na constituição do valor da força de trabalho. As necessidades sociais são tão ou mais importantes do que às de outra ordem e a incapacidade de atendê-las significa, muitas vezes, um embrutecimento e rebaixamento do nível cultural do trabalhador frente às condições sociais gerais, ou seja, o componente histórico-moral (MARINI, 2008, p. 213/214).

⁶ Conforme a pesquisa “Food Price Index” da FAO (*Food and Agriculture Organization*) das Nações Unidas, disponível em: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>, com acesso em outubro de 2020.

⁷ O neoliberalismo é tomado aqui enquanto um projeto específico de desenvolvimento capitalista que emerge a partir da crise de acumulação dos anos de 1970 e se espalha de maneira desigual entre países de economia centrais e periféricas. Algumas de suas características são discutidas aqui com base em Carcanholo (2015 e 2017).

⁸ O tripé macroeconômico é uma relação entre as políticas fiscal, monetária e cambial que procura a um só tempo a garantia/estímulo da entrada de capital externo e estabilização das contas públicas. Mais especificamente, o tripé compreende um regime de metas da inflação (com bandas de variação para cima e para baixo), um regime de câmbio flutuante (ainda que o Banco Central possa intervir no mercado) e metas de superávit fiscal primário (ou seja, resultados primários positivos). Essa configuração de política econômica surgiu do agravamento das contas externas brasileira, promovido pelo Plano Real (1994).

⁹ Depois do golpe de 2016, os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro foram responsáveis pela introdução de uma série de reformas de cunho neoliberal, como a Trabalhista, Previdenciária, Cambial, a de autonomia do Banco Central, Marco Legal do Saneamento, entre outras. Contudo, ainda que profundas, essas reformas liberalizantes não se restringiram a esses governos. Em maior ou menor grau, as reformas neoliberais foram implementadas por todos os governos desde 1990. Entre as várias reformas do período, destacam-se: a) abertura comercial (redução de tarifas de importação e adesão à Organização Mundial do Comércio); b) reforma financeira (desregulamentação sobre o movimento do capital estrangeiro, ampliando a conversibilidade da conta capital do balanço de pagamentos e a desnacionalização da parcela das empresas do setor financeiro nacional, com base no

acordo no de Basiléia); c) reforma trabalhista que permitiu flexibilizar e precarizar as relações de trabalho (entre outros, a ampliação dos fatores incidentes na demissão por justa causa, eliminação da indexação legal e automática do salário mínimo; criação do banco de horas, redução da jornada de trabalho com redução do salário, ampliação das terceirizações); d) reforma da previdência (no setor privado, um aumento do tempo de contribuição e implementação do fator previdenciário, no setor público federal, fim da aposentadoria integral, aumento do tempo de contribuição); e) privatização de ativos públicos (mais de 100 instituições nos mais variados setores foram repassadas ao setor privado, com destaque para a Vale do Rio Doce e a Telebrás, a preços subestimados e muitas vezes com financiamento público a taxas subsidiadas) (CANO, 2017; CARNEIRO, 2002).

¹⁰ Na sociedade mercantil capitalista, onde o assalariamento constitui a relação de produção totalizante e estruturante da vida social, o processo de trabalho (processo de transformação da natureza de forma intencionada pelo homem) corresponde concomitantemente a um processo de valorização do capital. Durante a jornada de trabalho, o trabalhador, ao consumir produtivamente os meios de produção, produz uma quantidade de produtos cuja venda posterior no mercado pelo capitalista sobrepassa o valor que corresponde ao salário pago ao trabalhador. Marx (1975, cap. 7) no tomo I d'*O capital* define como trabalho necessário a parte da jornada de trabalho que repõe o valor adiantado pelo capitalista enquanto salário. A parte da jornada de trabalho que vai além da necessária é definida como trabalho excedente, mais trabalho, ou então, mais-valor, fonte de todas as formas de rendimentos do capital (juros, lucro e renda da terra). A relação do produto do trabalho do homem na sociedade capitalista, do trabalho excedente com o trabalho necessário, do mais-valor com o valor da força de trabalho, Marx (1975, p. 262) define como taxa de mais-valor e ela expressa o grau de exploração da força de trabalho pelo capital.

¹¹ “Si se quiere medir la *evolución* del valor, el aspecto clave nos es que el precio de mercado de una mercancía cualquiera se desvíe de su precio simple, sino que ambos tipos de precios son afectados por las mismas influencias básicas (el valor y E [expressão monetária do valor]) y, por tanto, se mueven en la misma dirección en el largo plazo” (GOUVERNEUR, 2005, p. 209, destaque do autor). Em uma tradução livre: “Se alguém quiser medir a evolução do valor, o aspecto-chave não é que o preço de mercado de qualquer mercadoria se desvie de seu preço simples, mas que ambos os tipos de preços sejam afetados pelas mesmas influências básicas (valor e E [expressão monetária do valor]) e, portanto, caminham na mesma direção no longo prazo”.

¹² Em termos estruturais, a duração da jornada de trabalho no modo de produção capitalista é historicamente determinada, dentro dos limites fisiológicos, pela luta de classes, condições de vida dispostas à classe trabalhadora e nível de desenvolvimento das forças produtivas. A diferença de duração das jornadas deve ser vista, então, a partir de certa normalidade histórica.

¹³ Dificilmente as ressalvas que Marini (2008, p.218.) faz quanto à importância do aumento da jornada de trabalho para a SFT nas décadas de 1960 e 1970, e os limites das estatísticas oficiais em capturá-las, encontram correspondência nos anos da década de 2000: “(...) la prolongación de la jornada de trabajo, sobre la base de que los datos censales, en promedio y para el conjunto de la PEA, no registran sino un incremento de 4.4%, entre 1966 y 1970, en las horas semanales trabajadas. Un análisis más riguroso tiene que partir de los mecanismos de prolongación que establece la misma legislación, así como del hecho, ampliamente denunciado por los obreros, de que los contratos de trabajo incluyen cláusulas que hacen obligatoria la prestación de horas extraordinarias. Debe, sobre todo, tomar en cuenta las manifestaciones de sindicatos y trabajadores, respecto a la situación de la jornada de trabajo en sus empresas y ramas, provocada tanto por las horas extras como por el sistema de turnos”. Em uma tradução livre: “(...) o prolongamento da jornada de trabalho, com base nos dados censitários em média e para o conjunto da PEA, não registrou mais do que um aumento de 4,4%, entre 1966 e 1970, nas horas semanais trabalhadas. Uma análise mais rigorosa deve se basear nos mecanismos de prolongação da jornada, estabelecidos pela própria legislação, bem como no fato, amplamente denunciado pelos trabalhadores, de os contratos de trabalho incluírem cláusulas que tornam obrigatórias as horas extras. Deve, sobretudo, levar em consideração as manifestações dos sindicatos e dos trabalhadores, quanto à situação da jornada de trabalho em suas empresas e filiais, ocasionada tanto pelas horas extras quanto pelo sistema de turnos.”

¹⁴ Somente de forma limitada histórica e fisiologicamente, um aumento da intensidade ao resultar em maior desgaste da força de trabalho pode ser contido por um aumento nos salários.

¹⁵ Segundo a nota técnica do MPS disponível no banco de dados, acidentes de trabalho englobam as seguintes situações: “Segundo o artigo 19 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ‘acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou pelo exercício do trabalho do segurado especial, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, de caráter temporário ou permanente’. Pode causar desde um simples afastamento, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho, até mesmo a morte do segurado. (...) Também são considerados como acidentes do trabalho: a) o acidente ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado; b) a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e c) a doença do trabalho, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.”

¹⁶ Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT). Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>, com acesso em outubro de 2018.

¹⁷ O corte no período se deve ao fato de que a partir de 2007 passou-se a classificar como acidentes/doenças de trabalho casos que não tinham registro de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e também se ampliou a cobertura beneficiária de acidentes laborais pelo INSS, o que dificulta a homogeneidade dos dados agregados do período como um todo.

¹⁸ No caso, o autor relaciona o número de acidentes com o total de ocupações. Aqui, destacaram-se os vínculos formais, para maior comparabilidade no período devido às mudanças na legislação.

¹⁹ No início da década de 2000, mais de 65% dos empregados produtivos levavam até 30 minutos para chegar ao local de trabalho. Em 2011 essa proporção se reduz para 62,2% e em 2015, 61,9%. Conseqüentemente, amplia-se o contingente que gasta de 30 minutos a 2 horas no percurso casa-trabalho: 33,2% em 2002 e 36,2% em 2015, mesma proporção de 2011.

²⁰ Em média, os homens praticamente despenderam a mesma quantidade de horas semanais nessas atividades, entre 9,4-9,8 horas por semana entre 2002 e 2015. Já as mulheres comprometem quase o dobro do período masculino.

²¹ Sobre outras fontes de polêmicas da categoria de SFT e a resposta a elas, conferir Carcanholo (2016) e Amaral (2018).

²² Em uma tradução livre: “(...) ao capitalismo dependente a superexplorar a força de trabalho como única alternativa para o desenvolvimento capitalista interno”.

²³ No quarto trimestre de 2014, segundo a PNAC/IBGE, a taxa de subocupação por insuficiência de horas foi de 5,1%. Quatro anos depois, ela chegou a 7,4% e no final de 2019 era de 7,2%.

Recebido em: 02 de mar. 2023

Aprovado em: 02 de ago. 2023